

Versão Online ISBN 978-85-8015-093-3
Cadernos PDE

VOLUME I

OS DESAFIOS DA ESCOLA PÚBLICA PARANAENSE
NA PERSPECTIVA DO PROFESSOR PDE
Artigos

2016

A HISTÓRIA DAS MULHERES NEGRAS NO BRASIL: NO ENFRENTAMENTO DA DISCRIMINAÇÃO E VIOLÊNCIA

Marcia de Vargas¹

Sandro Marlus Wambier²

RESUMO: Esse artigo tem como objetivo colocar em foco a imagem da mulher negra, que contribuiu de forma incessante na construção do país, como sujeito histórico participativo, que apesar de todas as dificuldades que encontraram e encontram, não desistiram de lutar pelo seu reconhecimento e contra a discriminação e violência que sofreram desde a escravidão até os dias de hoje. A metodologia utilizada foi a pesquisa-ação para analisar a contribuição da mulher negra no trabalho, nas suas relações sociais, assim como entender como enfrentou e enfrenta o racismo, o classismo e o sexismo no Brasil. A intervenção pedagógica foi aplicada a alunos de 3º ano do Ensino Médio no Colégio Estadual Casemiro Karman, Campo Largo- PR. Foram realizados trabalhos com fontes históricas como: textos, poemas, vídeos, música, pesquisa de dados no bairro, e posteriormente desenvolver: narrativas históricas, tabelas, cartazes, folders e charges, visando a conscientização dos mesmos. O resultado desta intervenção foi positivo, pois os alunos perceberam que situação vive a mulher negra e a sua dificuldade para ser reconhecida e respeitada dentro da sociedade, e a sua luta para superar a discriminação e a violência que sofrem.

PALAVRAS-CHAVE: Mulher Negra. Violência. Discriminação. Políticas Públicas. Racismo.

1.INTRODUÇÃO

Esse artigo tem como objetivo reconhecer a História das Mulheres Negras no Brasil como sujeito histórico e sua forma de enfrentar a discriminação e a violência, além de compreender como as Políticas Públicas, leis, ações governamentais e os movimentos sociais podem ajudar no combate ao racismo, à discriminação, ao sexismo e desigualdades sociais, que tanto prejudicam as mulheres negras em nosso país.

Assim, através do reconhecimento das contribuições dessas mulheres através do tempo, compreender como a sociedade prejudicou, estereotipou e marginalizou essa parte da população através da História. Perceber também que a violência, a discriminação e as desigualdades não foram capazes de calar essas mulheres, que nunca deixaram de lutar por sua liberdade e atualmente lutam por igualdade e melhores condições de vida, organizando-se em movimentos sociais e enfrentando o preconceito de raça, gênero e classe.

Através de metodologias diversificadas, como pesquisa bibliográfica, filmes, música, análise de dados estatísticos e fontes históricas, realizar atividades com os alunos, para que os mesmos possam entender como as mulheres negras construíram sua identidade e lutaram pelo seu empoderamento. E também levá-los a compreender que as mulheres negras não têm só o preconceito de raça a vencer, elas ainda precisam enfrentar a discriminação de gênero e classe, e a escola pode e deve contribuir com a luta pela erradicação do racismo e discriminação, pois o conhecimento pode desmistificar muitos desses preconceitos, que tanto prejudicam a sociedade.

É preciso reconhecer a situação em que se encontra essa parte da população brasileira, que sofre com a discriminação e a violência, onde as mulheres negras são vítimas de uma sociedade opressora e machista, mas que não deixa de lutar por uma vida com liberdade e igualdade. De igual maneira, é importante que negros e brancos conheçam a história africana e afro-brasileira para valorizá-la e respeitá-la.

2. REVISÃO DE LITERATURA

Desde a escravidão, as Mulheres Negras mostraram sua força através da resistência e luta pela liberdade, embora a historiografia esteja deficitária com relação à História da Mulher Negra.

Elas dão exemplo de luta e inteligência para superar as dificuldades através do seu trabalho, como o caso das Negras de Tabuleiro, que com o seu comércio ameaçaram a ordem do Estado, tornando-as, segundo o autor Luciano Figueiredo (2012, p. 39), um perigo para sociedade mineradora no século XVIII. Apesar de serem presas, açoitadas, sofrendo todo tipo de tortura, conseguiram acumular ganhos, comprar alforrias e outros bens com seus tabuleiros em Minas Gerais.

Havia ainda, o problema da prostituição; devido à pobreza extrema, ela foi a base para a sobrevivência. Era comum enteadas, filhas, irmãs, cunhadas e esposas se prostituírem para sustentar as famílias. O comércio e a prostituição em uma região rica, tornou-se favorável ao acúmulo de riquezas, chegando ao ponto de ex-escravas escravizarem outras mulheres, empregando-as no serviço comercial.

A escravidão no Brasil foi tão forte, que atingia todas as classes sociais. Ser proprietário de um ser humano, passou a ser tão banal, que ex-escravos (as) compravam escravos (as). Segundo Graham (2012), algumas vezes, esses escravos eram tratados como da família e eram citados em testamentos; quando eram libertos, recebiam algum bem (material ou dinheiro), às vezes, atrelados a algumas condições.

Percebe-se também que a vida das mulheres negras nas cidades era bem diferente em comparação à vida no campo. Nas cidades conseguiam, como escravas de ganho, comprar a liberdade, já no campo, viviam enclausuradas.

Elas ainda sofriam com casamentos, maridos violentos e exploradores, que se legitimava na lei do branco, onde afirmava que tudo deveria ser dos dois, mas apenas as mulheres negras trabalhavam e ainda apanhavam. Nesse período, os casamentos, tanto da elite branca como dos africanos, eram baseados nas condições socioeconômicas, nas quais os pares buscavam melhorar sua situação financeira. No caso dos grupos mais pobres, havia os

“dotes” pessoais; um exemplo disso, são as quitadeiras que despertavam o interesse dos pretendentes. Essas mulheres, muitas vezes, não possuíam o marido “ideal” para aquela época, que lhes garantisse casa, alimentos, roupas. Por isso, mesmo depois de casadas, continuavam trabalhando nas quitandas, para sustentar seus filhos e, por vezes, a família toda, ajudando ainda a comprar a sua liberdade e a de outros.

Ser mulher e negra numa sociedade escravista era muito difícil. Elas estavam à mercê de todo tipo de violência; tiveram que enfrentar a crueldade da escravidão, o governo, a opressão dos homens, não só dos seus senhores, mas também de companheiros violentos ou mesmo homens que viam nelas uma forma de atingir seus objetivos (usando o trabalho das mulheres negras para comprar sua liberdade, para sustentá-los, entre outros) e não mediam esforços para alcançá-los.

A Mulher Negra escrava também fez parte de um cenário fictício no RJ, no século XIX. Segundo Giovana Xavier (2012), as narrativas ficcionais, procuravam destacar as características físicas “anormais” das mulheres de cor e do seu corpo, e seu caráter “duvidoso”. Nascendo assim as “tipologias literárias”, como as da bela mulata, da crioula feia, da escrava fiel, da preta resignada, da mucama sapeca ou ainda da mestiça virtuosa (XAVIER, 2012, p. 67).

As Mulheres Negras, em especial as mulatas, eram descritas na literatura como prostitutas, amantes, levianas e sem caráter. A escravidão, a propriedade, a liberdade e o paternalismo são o pano de fundo para essa produção literária do século XIX. Características animais foram usadas para descrever a população escrava, favorecendo a construção da imagem de interiorização do negro e, claro, da superioridade do branco. A união dessas ideias resultou no surgimento da Literatura Naturalista, onde o comportamento dos indivíduos era determinado pelo meio em que viviam, como a resignação das escravas em ficar com seus Senhores, que a Literatura narra como amores (maternal, fraternal etc.), além da fidelidade cega das escravas domésticas. Esses romances eram desprovidos de senso crítico e de humanidade. Um dos vários exemplos dessa literatura é Rita Baiana, personagem da obra “O Cortiço”. Há relato de vários anúncios de fuga, venda e compra de escravas, descritos nos periódicos do país, como o caso de Joana, uma “mulatinha

puxando o saravá” que sua “cor alvacentá” e suas “pernas e mãos muito finas seria uma verdadeira flor do pecado” (DIÁRIO DE PERNAMBUCO,1865). No caso de Escrava Isaura, o final feliz que o autor lhe deu, foi uma exceção, um caso raro. Isso demonstra que a teoria do branqueamento queria reforçar o racismo científico, onde a cor da pele define o caráter, ligada à sedução, paixão, beleza, mas não para relacionamentos oficializados, pois, para a sociedade, os brancos deveriam casar com mulheres da sua classe.

As Mulheres Africanas foram estereótipos de sexualização e a sua classificação era de acordo com cor da pele; conforme se aproximavam do branqueamento, ocuparam um lugar de destaque na literatura oitocentista. Porém, foram sujeitos históricos participativos, que conseguiram muitas vitórias no meio em que estavam inseridas, reivindicaram, apesar de todas as adversidades, sua condição humana e seus direitos, como mulheres e trabalhadoras. Segundo Xavier (2012, p.79), “as tipologias literárias de morenas, mestiças, crioulas”, eram baseadas em contradições, ao mesmo tempo que defendiam a “nação mestiça”, eram preconceituosas, pois temiam as más influências, a escravidão e a “herança africana”.

Mesmo depois de libertas, as mulheres negras continuaram ocupando predominantemente o serviço doméstico, porque devido à escravidão, não tiveram outras oportunidades e acabaram seguindo o mesmo ramo de trabalho que realizavam quando escravas. Embora, esse trabalho fosse remunerado, não era o suficiente para garantir todas as suas necessidades. A relação entre senhores e escravos, no espaço doméstico, de acordo com o autor, sempre foi de dominação.

Além disso, os próprios dirigentes políticos, apoiados em programas governamentais, criavam políticas públicas desfavoráveis à população negra, que sofria todo tipo de ofensas. Isso dificultava ainda mais o acesso da população de cor a ocupar outros cargos, que não fosse o trabalho braçal, e a mulher era preparada para cuidar da família

Pela pesquisa realizada pelos autores no período de 1995 a 2006, deixam evidente como o mercado de trabalho é hostil e desfavorável à presença da mulher negra. Segundo dados da pesquisa, as mulheres negras ainda são maioria no trabalho doméstico, assim como, as mulheres em geral, uma em cada cinco era doméstica; cargos com nível superior ou

empregadores, apresenta uma porcentagem maior de homens brancos. Com relação ao cargo de empregador, a maioria é de homens brancos, seguidos das mulheres brancas e com pouco relevância homens negros e, por último, mulheres negras (0,4% em 2006).

Não existe interesse da sociedade capitalista investir na industrialização do trabalho doméstico, por isso, continua sendo delegado à população mais pobre, e principalmente, para as mulheres que continuam sendo associadas a artefatos domésticos. Mas, nem sempre o trabalho doméstico foi assim, as tarefas domésticas também se transformaram no decorrer do tempo, pois, como afirma a autora Angela Davis, no princípio as tarefas eram divididas a fim de se complementarem, os homens caçavam, as mulheres coletavam, ou seja, a importância das atividades econômicas eram iguais.

As mulheres negras sempre trabalharam, não podiam demonstrar fraqueza, suas famílias e a comunidade precisavam dos seus esforços para sobreviver, já que as mesmas, cuidavam, limpavam e educavam nas casas de suas senhoras brancas.

“ As mulheres negras, pagaram um preço alto pelas forças que adquiriram e pela relativa independência de que gozavam. Embora raramente tenham sido “apenas donas de casa”, elas sempre realizaram tarefas domésticas. Dessa forma, carregaram o fardo duplo do trabalho assalariado e das tarefas domésticas” (DAVIS, pg 233)

As mulheres na economia nômade pré-capitalista dos Masai, tem o mesmo valor social que os homens. Já na sociedade capitalista, burguesa, a dona de casa continua sendo a eterna “serva” do homem.

As mulheres antes da Revolução Industrial eram responsáveis por diversas tarefas, deixando os afazeres domésticos em segundo plano, a mulher no período colonial, elas eram também protetoras da saúde da família e da comunidade.

Passado e presente das mulheres negras são atuais e verdadeiros. Entre a vitimização e a produção simbólica de heróis, há experiências complexas de luta, opressão, humilhação, superação, amor, dor, desejos, escolhas, alegrias e desafios. Constatar isso pode se pouco. Mas importante será conhecer e tornar visível- em alguns espaços do conhecimento e da

decisão sobre as políticas públicas- o universo das mulheres negras e o seu protagonismo de ontem e hoje. (PAIXÃO E GOMES, 2012, p. 311)

É a consciência desse grau de exclusão que determina o surgimento de organizações de mulheres negras de combate ao racismo e ao sexismo, tendo por base a capacitação de mulheres negras, assim como o estímulo à participação política, à visibilidade, à problemática específica das mulheres negras na sociedade brasileira, à formulação de propostas concretas de superação da inferioridade social gerada pela exclusão de gênero e raça, e à sensibilização movimento de mulheres para as desigualdades dentro do que o racismo e a discriminação racial produzem. (CARNEIRO, 2011, p. 121)

Nota-se que, apesar do fim da escravidão, conquistas dos Movimentos Sociais (Negros e Negras), Políticas Públicas e Leis, não foram o bastante para garantir a igualdade de direitos das Mulheres Negras no Brasil, pois ainda hoje elas ocupam a maioria dos empregos domésticos, é o grupo que se encontra mais à margem no mundo do trabalho, onde sua luta contra a violência e a busca por melhores condições de vida, salários, acesso a cursos de graduação, respeito e reconhecimento das suas contribuições é uma constante para a construção de uma igualdade social de gênero e raça.

Não se pode elaborar Políticas Públicas sem considerar as desigualdades raciais existentes. Por isso, a importância de se analisar os dados disponíveis que confirmam essa hipótese, como os dados oficiais de 1997, que demonstram a taxa de analfabetismo da população negra maior de 15 anos era de 20,8% e da população branca de 8,4%. Negros de 7 a 22 anos que frequentavam a escola era de 77,7% e a branca era de 84,7%, todos reconhecem a importância da educação como forma de alcançar autonomia, conhecimento e acesso à qualificação profissional e, dessa forma, competir em igualdade de condições com a população branca (CARNEIRO, 2011, p.51).

Segundo Carneiro (2011), de 1 a 3 de setembro de 2001, reuniram-se no Rio de Janeiro, treze organizações de mulheres negras brasileiras para deliberar sobre a sua participação na III Conferência Mundial contra o racismo, que resultou na seguinte declaração: o racismo e o sexismo produzem sobre as mulheres negras muitos danos, ocasionando uma baixa autoestima, uma expectativa de vida cinco anos menor que a da mulher branca, menor índice de

casamentos, ocupando cargos de menor prestígio e salários. Desmistificar a representação da mulher como sexo frágil, não é uma das preocupações do movimento das Mulheres Negras, pois depois de passar por tantos abusos, no decorrer da sua História, nunca foram vistas como seres frágeis, que precisam ser protegidas pelo gênero masculino. Essa característica é formada a partir da representação da mulher branca, da elite e relacionada ao ideal de pureza, delicadeza e fragilidade.

A herança cultural do patriarcado oprime, tanto mulheres brancas, como negras; umas são vistas como frágeis e as outras por não serem consideradas humanas. Mas, devido à história das mulheres afrodescendentes, elas têm problemas específicos, o racismo precisa ser combatido. Desmistificar a democracia racial é essencial para a construção de um país que promove a igualdade de gênero e raça. A força das mulheres negras vem da sua luta, não pelo processo desumanizador pelo qual passou, pois tem orgulho da sua cultura e coragem de enfrentar esses desafios.

A mulher negra brasileira, sempre precisou de autonomia para garantir o seu sustento e da sua família, passou por séculos de opressão, onde foi submetida à escravidão sexual e trabalho braçal forçado, o que ocasionou, no imaginário popular, a representação da mulher negra hipersexualizada e vista como promíscua, reforçando a discriminação e a violência contra a mulher afrodescendente.

Na cultura brasileira, é impossível pensar em mulheres negras como pessoas frágeis. São as negras que, em sua maioria, começam a trabalhar desde jovens para ajudar a família e precisam largar os estudos para cuidar da roça ou limpar a casa de pessoas brancas como empregadas domésticas. Em incontáveis casos, senhoras negras de idade contam histórias de trabalho contínuo sem qualquer descanso, criando filhos dos brancos, cuidando da faxina de residências e centros comerciais, transportando cargas e permanecendo em pé dias inteiros enquanto trabalham, sem receber qualquer direito trabalhista ou pausa para repouso. (ARRAES, 2013)

A mulher branca precisou lutar para trabalhar fora de casa, entrar no mercado de trabalho, ingressar nos meios acadêmicos, lutando pela igualdade

de direitos com relação ao gênero. A mulher negra já estava no mundo de trabalho há séculos, desumanizada, considerada sem inteligência; aspecto esse que se iguala à luta das mulheres brancas, o reconhecimento que as mulheres são intelectualmente autônomas, capazes de pensar, raciocinar e interagir com o mundo. Porém a mulher negra, tinha e tem mais um empecilho para ser reconhecida e respeitada como ser inteligente, com virtudes e individualidades, vencer a representação de braço de trabalho, sempre aptas para o trabalho manual, consideradas mão-de-obra fácil e barata.

Em 2015, o mapa da violência mostra um aumento de 54%, em 10 anos, o número de homicídios de mulheres negras, passando de 1.864, em 2003, para 2.875, em 2013. No mesmo período, a quantidade anual de homicídios de mulheres brancas caiu em 9,8%, saindo de 1.747 em 2003, para 1.576 em 2013. Segundo os dados de 2013 do Ministério da Saúde, a violência contra a mulher negra, ocorre 55,3% em ambiente doméstico, e em 33,2% dos casos, esses crimes são cometidos por parceiros ou ex-parceiros das vítimas. O país

tem a quinta maior taxa de homicídios de mulheres do mundo, conforme dados da OMS (Organização Mundial de Saúde), que avaliou oitenta e três países (WAISELFISZ, 2015). Desde agosto de 2006, quando foi sancionada a Lei 11.340 (Maria da Penha), já se tentava combater e punir esse tipo de crime. Infelizmente, esse problema piorou, e a judicialização dessa situação é fundamental para proteger as mulheres e entender a atual violência segundo raça/cor, se faz necessário para essa conscientização. Lembrando que a violência contra a mulher pode ser física, psicológica e sexual (BRASIL, 2015). É preciso criar uma consciência pública de não tolerância ao racismo e, assim, conseguir uma resposta rápida e concreta das Instituições em favor das mulheres negras. De acordo com Joaquim Molina, a violência contra a mulher negra é considerada um problema de saúde pública que afeta o Brasil e o mundo. Divulgar esses dados e estudos, é significativo para a conscientização dessa situação que tem tirado a vida de tantas mulheres. A Lei nº 13.104, de 9 de março de 2015, altera o art. 121 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, para prever o feminicídio como circunstância qualificadora do crime de homicídio e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, para incluir o feminicídio no rol dos crimes hediondos. De acordo com

King (1988), uma análise simplista que faz as várias discriminações relacionadas ao gênero, com os conceitos de risco duplo (racismo e sexismo) ou triplo (racismo, sexismo e classismo) de forma estratificada e hierarquizada, dependendo de quem interpreta, pode se dar mais destaque para um do que para o outro, e não para o contexto que os três conceitos estão inseridos. Para se entender a experiência da violência na vida das mulheres negras, precisa-se fazer uma leitura múltipla, levando em consideração as variáveis raça, gênero e classe social das vítimas. A violência contra a mulher em todo o mundo é muito frequente, e acontece por diversos motivos e em diferentes contextos. Porém, devido ao silêncio que envolve essa situação, fica muito difícil conseguir informações sobre os fatos (crimes). Por isso, há necessidade de esforços nacionais e internacionais para mudar esse quadro. As pessoas têm medo de denunciar e ainda ocorre da vítima se considerar “culpada” pela agressão, causando a estigmatização das vítimas. Além disso, ocorrem ameaças, pouca confiança nas Instituições Públicas, entre outras. Outra temática discutida “é a associação entre a violência e a pobreza”, onde a maior incidência de agressão ocorre nas classes de menor renda. As mulheres negras têm o maior percentual de vitimização, que todos os outros grupos e a violência doméstica também apresentou o maior percentual.

Infelizmente, a desigualdade social no Brasil tem cor e sexo, e continuar a mascarar esses problemas, não vai fazer com que eles deixem de existir. Precisamos reconhecê-los para que os mesmos possam ser resolvidos através de metas e ações públicas, para que a igualdade de direitos e oportunidades seja justa, sem distinções de qualquer nível.

A Lei 10639/03, alterada pela Lei 11645/08, tornou obrigatório o ensino da História e cultura afrobrasileira e africana para todas as escolas, públicas e particulares no Ensino Fundamental e Médio, vindo de encontro a esse objetivo, propondo novas diretrizes curriculares para se trabalhar esse conteúdo. Desta forma, percebemos que a lei se faz necessária para garantir que esse trabalho seja uma constante, que essa História faça parte do cotidiano dos alunos, pois é a partir do conhecimento e valorização das matrizes africanas na formação da diversidade cultural brasileira que podemos reforçar a luta contra o preconceito e a discriminação nas escolas. É claro que,

para isso, todos precisam se conscientizar do seu papel dentro do cotidiano escolar, porque não basta existir a lei, é preciso entender porque ela é importante e que todos trabalhem para que ela seja efetivada.

3. RESULTADOS OBTIDOS: aplicação do projeto de intervenção pedagógica na escola.

O Projeto de Intervenção Pedagógica, foi aplicado no Colégio Estadual Casemiro Karman, Ensino Fundamental e Médio, com os alunos do 3º ano.

Para iniciar a aplicação do projeto, foi realizado uma coleta de dados sobre o conhecimento prévio dos alunos, com relação à História das Mulheres Negras e a violência e discriminação que sofrem. Embora o trabalho pedagógico sobre a cultura afrobrasileira tenha aumentado nas escolas, principalmente devido a lei 10639/03, percebe-se que a história da mulher negra e as dificuldades por elas enfrentadas, pouco ou não é trabalhada. Na pesquisa com os alunos, a maioria não sabia nada à respeito, porém, já havia presenciado ou tinha conhecimento sobre a violência que essas mulheres sofrem (discriminação ou agressão física e psicológica praticada por seus companheiros), e uma pequena parcela (5 alunos), tinham algum conhecimento sobre a mulher negra, nos tempos da escravidão, mas, nenhum sabia sobre a diferença entre o feminismo negro e branco.

A violência no tempo da escravidão é muito mais percebida pelos alunos do que as consequências na atualidade: a violência contra a mulher por parte dos seus companheiros, ou por homens machistas, que pensam ter direitos sobre as mulheres e serem superiores. A sociedade que deixa essas mulheres à margem, ocupando empregos domésticos ou braçais, e as veem como seres hipersexualizados.

Os alunos, nessa pesquisa prévia sobre o assunto, declararam já ter presenciado a violência contra a mulher negra, mas, afirmavam: “não dar nada”, o homem volta para casa e a violência permanece.

A implementação começou com o tema: a mulher negra no tempo da escravidão, para que os alunos entendessem como as mulheres se libertavam, a si mesmas e a seus familiares. Houve um certo receio de que os mesmos não percebessem que a prostituição, utilizada para comprar a liberdade, fosse confundida com falta de caráter ou serem promíscuas, mas, realizaram as atividades sem sugerir que as mesmas fossem culpadas por serem sexualizadas no passado e nos dias de hoje.

Através das atividades, pode-se perceber que os alunos identificaram as permanências com relação à violência contra a mulher negra, e que a emancipação não solucionou os obstáculos que a população negra, principalmente a mulher negra, precisa vencer para melhorar suas condições de vida, e que a luta para que essas discriminações acabem é criar consciência do que é ser negro/negra no Brasil.

Os alunos do 3º ano, na pesquisa prévia, também se declararam brancos em sua maioria, uma pequena parte parda, e a minoria negra, mas, afirmavam que as mulheres sofriam muito na escravidão, e que as mulheres negras que conheciam ocupavam trabalhos domésticos.

Após as atividades sobre a mulher negra no tempo da escravidão, foi trabalhado o tema: A representação das mulheres negras na literatura dos oitocentos (XIX), de como essa construção da imagem da mulher negra sem caráter, hipersexualizada, e classificada de acordo com o tom da pele deixou “o caminho aberto” para que o racismo “científico” se propagasse, assim como a democracia racial. O tema foi abordado por meio de pesquisa literária e vídeos.

A partir das discussões, os alunos elaboraram charges e folders, sobre a representação da imagem da mulher negra. Embora, os trabalhos tenham ficado mais dentro do tema racismo, do que a questão do gênero, raça e classe, acredita-se que maioria dos mesmos, teve a percepção de como esse passado tem consequências para as mulheres negras na atualidade.

Na unidade 3 do caderno pedagógico, onde foi trabalhado a mulher negra no mercado de trabalho, foi realizado uma pesquisa de campo, entrevistando as mulheres negras do bairro, onde as estatísticas pesquisadas

foram confirmadas. Foram entrevistadas 47 mulheres, e dessas, 45 estavam no setor dos trabalhos domésticos, 18 terminaram o Ensino Fundamental, 19 terminaram o Ensino Médio, e apenas 2 tinham Ensino Superior.

Após a coleta de dados e as discussões á respeito do tema, os alunos elaboraram sugestões para mudar essa situação, tanto a nível de sociedade, quanto ações governamentais ou legislativas. A conscientização foi sugerida como uma das soluções, afim de que as mesmas sejam tratadas com igualdade e respeito, e que não sejam julgadas pela sua cor, que tenham mais chances de emprego e salário digno, além de elas mesmas se valorizarem, se aceitarem e exigirem respeito. Foi sugerido também, uma lei que iguale o salário da mulher negra com os demais cidadãos. Enfim, todos reconheceram a importância de se estudar a História da mulher negra, para que a mesma seja valorizada, respeitada e que possa alcançar posição de igualdade, além de espaço na sociedade.

Terminada a temática da mulher negra no mercado de trabalho, foi abordado a importância das Políticas Públicas e Ações Governamentais no combate às desigualdades e ao racismo, de como a criação de leis no setor educacional (Lei 10639/03, cotas) ajudaram a melhorar o desempenho dos estudantes negros, assim como a valorização da cultura africana e afrobrasileira. Além dos estudos e discussões em sala sobre a importância da escolarização e o conhecimento das contribuições, do povo negro para a sociedade brasileira, os alunos realizaram uma pesquisa sobre as leis e políticas públicas direcionadas a população afrodescendente e depois cada equipe apresentou a sua pesquisa, explicando a importância desta lei para os demais. O que mais chamou atenção foi que, apesar da maioria defender a cota para estudantes negros (as), apenas um aluno se autodeclarou negro e ser contra a lei de cotas (12711/12) por acreditar não ser necessária, mesmo com oposição dos colegas, que afirmavam que estudantes negros tem menos chance de acesso e conclusão de uma graduação.

Em sua maioria os alunos defendem a importância das políticas públicas, para que a população n, negra possa melhorar as suas condições de vida , embora elas precisem ser cumpridas e conhecidas, para que atendam às

necessidades e particularidades de cada grupo. Segundo Angela Davis, os EUA estão na mesma situação, já que sua história também é marcada pela violência extrema, racismo e exclusão social, fazendo uma luta incessante para conquistar direitos essenciais para todo ser humano.

Após as apresentações e debates, os alunos elaboraram folders para a promoção da igualdade racial e valorização da cultura afro-brasileira, esses trabalhos ficam em exposição no mural da escola.

Para terminar, foi trabalhado as mulheres negras no enfrentamento à discriminação e violência, como é diferente a luta do feminismo branco, do feminismo negro, as mulheres negras sempre vistas como fortes, prontas para qualquer trabalho, e como sofrem com o racismo, sexismo e violência. Para isso, foi analisado o mapa da violência de 2015, e as leis criadas para prevenir e punir esses crimes contra as mulheres negras. Os alunos relataram ter conhecimento de vários crimes contra mulheres brancas e negras no seu bairro, mas, que muitas não denunciavam, ou que a polícia prende o agressor, que volta para casa no outro dia. Isso comprova que os dados estatísticos estão corretos, a violência contra as mulheres negras têm maior percentual no âmbito doméstico e nas classes de menor renda. Foi, a partir dos estudos, produzida uma narrativa histórica, em torno das fontes: Lei Maria da Penha, Femicídio e a violência contra a mulher, e como o movimento feminino negro vêm se organizando para enfrentar a discriminação e a violência. Pelos textos pode-se perceber que os alunos conhecem essa realidade de discriminação e violência, e o que antes era ignorado, fez com que muitos identificassem fatos vividos por eles, ou por vizinhos e parentes, defenderam a igualdade de todos independente da cor da pele.

Após a produção dos textos foram elaborados cartazes, à respeito da valorização das mulheres negras, sua identidade, e a representação dessas mulheres na luta pela igualdade e no combate à violência contra a mulher negra.

No encerramento, foi realizado uma oficina de turbantes com os alunos do 3º ano, que convidaram alunos do 6º ano para participar. O tema: “Respeito à identidade da mulher negra e a valorização da cultura afro-brasileira” foi

apresentado, após a explicação a oficina foi realizada e os alunos desfilaram e tiraram fotos com os turbantes confeccionados. Muitos alunos pediram para ficar com os turbantes até o final do período, demonstrando a receptividade com relação à identidade da cultura do povo negro, nesse caso, ressaltando a beleza e identidade da mulher negra, que hoje está muito representada pelo cabelo e acessórios.

Além dos alunos, os professores da Rede Pública Estadual também tiveram acesso ao Projeto de Intervenção Pedagógico e ao Caderno de Intervenção Pedagógico, através do GTR- Grupo de Trabalho em Rede, em um curso à distância, oferecido pela Secretaria Estadual da Educação SEED, alguns professores interessados no tema, puderam participar. Dos 20 inscritos, 12 terminaram o curso, e a partir desses participantes, foi discutido a temática e a sua importância para melhoria do ensino aprendizagem e a promoção do desenvolvimento da igualdade racial e de gênero.

Os professores participantes trocaram ideias, informações e conhecimentos, dentro da realidade em que cada um está inserido. Mas, com a concordância que ainda tem muito à ser combatido, já que a discriminação está presente no cotidiano das escolas, e às vezes praticado pelo próprios professores, que se negam à participar dessa luta contra a violência que tanto prejudica as mulheres negras.

Vale lembrar, que os professores participantes, apesar de relatar a falta de comprometimento de alguns de seus colegas, estão dispostos a trabalhar no combate ao preconceito e violência que afeta a população negra e sentem a necessidade de trabalhar a temática da História da Mulher Negra, já que a violência contra a Mulher Negra aparece constantemente no cotidiano escolar, e mesmo a criminalização não impede que isso continue a acontecer.

A luta deve ser constante, por uma sociedade mais justa e igualitária. Confira algumas considerações apresentadas pelos professores participantes do GTR:

“...em nossa sociedade a cada minuto uma mulher é espancada, deveríamos trabalhar estes conteúdos em sala de aula e em especial a mulher negra, pois além da discriminação muitas vezes existe a violência doméstica.”

“A violência doméstica praticada contra a mulher (e negra) é consequência direta do aspecto cultural de nossa sociedade machista e patriarcal. Culturalmente há a determinação que o homem deve exercer domínio sobre a mulher, através da força física ou psicológica. Portanto, nós profissionais da educação precisamos construir urgente um novo paradigma, uma nova mentalidade social, que poderá ter reflexos nos aspectos jurídicos e em conquistas e efetivação dos direitos humanos. Esse novo paradigma, com certeza, auxiliará no sentido de ressaltar a importância da criação de um espaço público politizado pelas mulheres, como, sujeitos de direitos garantidos. Proteger a mulher (e negra) da violência doméstica, da qual sempre foi vítima, conforme abordado é tornar efetivos os seus direitos humanos, compreendidos como aqueles direitos que se dirigem aos direitos de “gênero”, ou seja, relacionados à dignidade da mulher e à subjetividade feminina.”

“A violência contra a mulher negra cresce a cada dia em todas as regiões do Brasil. A mulher tem medo e vergonha em denunciá-los, sendo que quando denunciados os agressores tem penas brandas. Concordo com sua fala ao dizer que cabe a nós profissionais da educação, construir um novo paradigma, uma nova mentalidade social que poderá ter reflexos nos aspectos jurídicos e em conquistas e efetivação dos direitos humanos.”

“Concordo professora. Temos que construir novos paradigmas junto aos nossos alunos. Temos que promover o enfrentamento da cultura machista através de debates e questionamentos desde expressões populares como: “tá pensando que sou suas negas”; até utilizar homens no sentido de humanidade. É um mundo por refazer e nos colocar como sujeitas da história.”

Quadro 1- Relato dos professores participantes do GTR

Fonte: Dados retirados do ambiente Moodle: GTR

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado sobre a História das Mulheres no Brasil, no enfrentamento da Discriminação e violência, trouxe questionamentos e reflexões sobre esse grupo social, levando muitos alunos a se identificarem com as situações descritas, assim como fatos e dados estudados.

É claro, que esse trabalho deve ser realizado em todos os anos escolares, para que os alunos(as) possam conhecer a História dessas mulheres, e deste modo, começar a conscientizar a população de como as mulheres negras estiveram e estão presentes na construção da sociedade brasileira, e sejam respeitadas e valorizadas como sujeitos históricos.

É muito importante a desconstrução dos estereótipos e a desumanização criados para a mulher negra, e a educação no sentido de conhecimento pode contribuir para o combate ao racismo, sexismo e violência contra a mulher negra, para que a população afrodescendente possa se integrar na sociedade de forma igualitária, lembrando que as mulheres negras, têm uma luta ainda mais difícil, porque precisavam vencer o preconceito de raça, gênero e classe. É preciso ser feitas reflexões e discussões sobre o tema, para que através do empoderamento das mulheres negras, elas possam ser reconhecidas como inteligentes e capazes de transformar a sociedade em que estão inseridas.

5. REFERÊNCIAS

ARRAES, Jarid. **Blogueira Negras**. Disponível em: <http://revistaforum.com.br>. Acesso em: junho de 2016.

AZEVEDO, Marcela; TENÓRIO, Veruska. **Bela, trabalhadora e de luta! Fora todos eles que reproduzem o machismo e a exploração**. Disponível em: <http://www.pstu.org.br/node/22044> Acesso em: maio de 2016.

BRASIL. LEI Nº 13.104, DE 9 DE MARÇO DE 2015. **Lei do Feminicídio**. Brasília, 2015.

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, Sexismo e Desigualdade no Brasil**. Editora Selo Negro, São Paulo, 2011.

CARVALHO, Layla Daniele Pedreira de. A concretização das desigualdades: disparidades de raça e gênero no acesso a bens e na exclusão digital. *In* MARCONDES, Mariana Mazzini (org). **Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Editora IPEA, 2013.

CARVALHO, Leandro. **Lei 10.639/03 e o ensino da história e cultura afro-brasileira e africana**. Disponível em: <http://educador.brasilecola.uol.com.br/estrategias-ensino/lei-10639-03-ensino-historia-cultura-afro-brasileira-africana.htm> Acesso em: maio de 2016.

COSTA, Valéria Gomes da; COSTA, Mônica da; JESUS, Teresa de. Africanas libertas, status e redes sociais no Recife oitocentista, *In* XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

COWLING, Camila. O Fundo de Emancipação “Livro Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos

1880. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 1865, In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

DIRETRIZES Curriculares. Disponível em: <http://www.educadores.diaadia.pr.gov.br/arquivos/File/diretrizes/dce_hist.pdf> Acesso em maio de 2016.

ENGEL, Guido Irineu. **Pesquisa-ação**. Revista Educar, n.16. Curitiba: Editora da UFPR, 2000.

FARIA, Sheila Siqueira de Castro. Sinhás pretas, acumulação de pecúlio e transmissão de bens de mulheres forras no sudeste escravista (séculos XVIII-XIX). In FRAGOSO, João (org). **Escritos sobre História e educação: uma homenagem a Maria Yedda Linhares**. Rio de Janeiro: mauad/Faperj, 2001.

FARIAS, Juliana Barreto: Sob o governo das mulheres: casamento e divórcio entre africanas e africanos minas no Rio de Janeiro do século XIX, In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

FIGUEIREDO, Luciano. Três pretas virando o jogo em Minas Gerais no século XVIII. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

IBGE- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por amostra de Domicílios (PNAD) 2009**. Rio de Janeiro. (notas técnicas). Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/trabalho_ereendimento/penad2009/sintese_notas_tecnicas.pdf> Acesso em: maio de 2016.

KING, D. **Multiple Jeopardy, multiple consciousness**: the context of a black feminist ideology. Sings, v.4, n.1, p. 42-72, Autumn 1988.

KOUTSOUKOS, Sandra Sofia Machado. À vovó Vitorina, com afeto, Rio de Janeiro, cerca de 1870. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

MACHADO, Maria Helena, Entre dois Beneditos: histórias de amas de leite no ocaso da escravidão. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

MAPA DA VIOLÊNCIA. **Homicídios de mulheres no Brasil**. Disponível em: <www.mapadaviolencia.org.br> Acesso em: novembro de 2015.

MARCONDES, Mariana Mazzini (org). **Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Editora IPEA, 2013.

MOREIRA, Paulo Roberto Staudt. Com ela tem vivido sempre como o cão com o gato: alforria, maternidade e gênero na fronteira colonial. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

NISBETT, Richard. **O cérebro não tem cor**. (2007) Disponível em: www.sociologia.seed.pr.gov . Acesso em: junho de 2016.

PAIXÃO, Marcelo; GOMES, Flávio. História das diferenças e das desigualdades revisitadas: notas sobre gênero, escravidão e raça e pós-emancipação. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Para ONU, Brasil tem políticas exemplares para populações negras**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/para-onu-brasil-tem-politicas-exemplares-para-populacoes-negras/>> Acesso em: maio de 2016.

PARTIDO DOS TRABALHADORES. **Fórum estadual das mulheres negras**. Disponível em: <<http://www.pt.org.br/blog-secretarias/mg-forum-estadual-de-mulheres-negras-realiza-seminario-em-cataguases/>> Acesso em: maio de 2016.

ROMIO, Jackeline Aparecida Ferreira. A vitimização de mulheres por agressão física, segundo raça/cor no Brasil. In MARCONDES, Mariana Mazzini (org). **Dossiê Mulheres Negras: Retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília: Editora IPEA, 2013.

SCHIMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel. **Aprender História: perspectivas da educação Histórica**. Editora Unijuí, 2009.

SILVA, Cidinha da. **Para onde caminha a marcha das mulheres negras**. Disponível em: <<http://www.geledes.org.br>> Acesso em: novembro de 2015.

SOUZA, Flávia Fernandes de. Escravas do lar: as mulheres negras e o trabalho doméstico na Corte Imperial. In XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

THEODORO, Mário (org), *et al.* **As Políticas Públicas e a Desigualdade Racial no Brasil 120 Anos após a abolição**. 2^o edição. Brasília: editora IPEA, 2008.

WASELFISZ, Julio Jacobo. **Mapa da Violência**. FLACSO: Brasília, 2015.

XAVIER, Giovana. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. *In* XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES; Flávio (Orgs). **Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação**. São Paulo: Editora Selo Negro, 2012.